

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

HROZNY (Bedrich) — *Histoire de l'Asie Antérieure, de l'Inde et de la Crète* (jusqu'au début du second millénaire), Payot, Paris, 1947. 350 páginas, com 3 mapas e 77 ilustrações. 73 gravuras fora do texto (tradução francesa de Madeleine David).

O livro acima, escrito por um dos mais eminentes orientistas da atualidade, já famoso por ter realizado a primeira decifração definitiva da língua hitita — realizada durante a guerra européia de 1914 a 1918, — compreende um estudo sucinto, mas profundo e competente, das grandes civilizações pre-helênicas da antiguidade, com exceção da egípcia, à qual se encontram apenas ligeiras referências. Desta maneira, no percorrer as páginas do livro, vemos passar ante os nossos olhos — após um ligeiro exame da Idade da Pedra — as velhas civilizações de Acad e de Sumer, as civilizações mais recentes dos hititas e dos subareanos. Em seguida, e com atenção especial, se estudam duas grandes culturas, que tanto têm de interessante como de misterioso: a cultura de Mohenjo-Daro e Harappa, no Indo, florescente durante o 3.º milênio a.C. — cultura desenterrada há duas dezenas de anos apenas do mais completo esquecimento pelo alvião do arqueólogo; e, por fim, a fascinante cultura de Creta.

Assistimos, através das páginas do livro de Hrozny, ao alvorecer das mais antigas civilizações em um encadeamento que o autor, com a sua extraordinária erudição e com espírito arguto — às vezes, talvez, com excessiva confiança — tenta reconstruir, valendo-se dos dados cada vez mais ricos que vão surgindo ininterruptamente das excavações arqueológicas modernas. É inevitável que com a deficiência de dados, que ainda perdura e, provavelmente, perdurará sempre, se tente suprir as lacunas desta época remota da história com um pouco do espírito de adivinhação. A Hrozny não falta a imaginação viva e inteligente, nem a coragem, para aventurar-se neste terreno. Naturalmente o leitor sentirá, às vezes, hesitação em segui-lo em algumas de suas conclusões mais arrojadas.

O trabalho do ilustre historiador checo se nos afigura sobretudo uma síntese da obra e das conquistas culturais das primeiras civilizações do mundo antigo. No estudo dos diversos povos, pelo menos daqueles que têm uma história conhecida em suas linhas gerais, traça o autor uma ligeira síntese desta, para depois salientar alguns aspectos de sua vida cultural. Naturalmente no estudo de povos, como o da velha cultura de Mohenjo-Daro (Índia) e de Creta, a reconstrução histórica é impossível. Aqui, mesmo o estudo da civilização, revelada pelos achados arqueológicos, é um tanto sacrificado, na obra que estamos considerando, ao interesse central do autor — a sua tentativa de decifração das duas línguas misteriosas do Indo e de Creta.

(1) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

Entre os aspectos mais característicos do livro, salientaremos apenas os seguintes:

O autor dá grande ênfase à unidade cultural do Oriente, notando cuidadosamente os pontos de semelhança, reveladores de contacto cultural, entre as diversas civilizações, desde Creta até a China. É de lamentar que elle não tenha estudado mais pormenorizadamente as relações da China antiga com o Oriente Próximo, a não ser em ligeiras referências, e.g., à página 146, a respeito da doutrina do macrocosmo e do microcosmo, da astrologia, da importância do número 60, admitindo mesmo o autor, como possível, que a escritura pictográfica chinesa se tenha constituído durante a primeira metade do 2.º milénio a.C. sob a influência indireta da longínqua escritura babilónica. Aliás, à medida que as revelações arqueológicas progredem, revelando de um modo mais completo as grandes civilizações do mundo antigo, esta unidade cultural vai-se centralizando mais e mais na velha civilização sumero-babilónica, a qual irradiou a sua influência para o Oriente remoto, como para o Ocidente. O autor admite — outros já o fizeram antes dele — que mesmo a civilização egípcia tenha recebido uma boa contribuição da Mesopotâmia, assim na agricultura, na arquitetura, na escultura, na cerâmica, na glíptica, na religião e, talvez, mesmo na escrita (pág. 74).

De especial interesse é o capítulo que Hrozny dedica à velha civilização do Indo, desentranhada da terra pelas excavações arqueológicas de John Marshall e E. J. H. Mackay, de 1922 a 1931. Também aqui são apontadas as relações desta surpreendente cultura do 3.º milénio com o velho centro cultural que é a Ásia Menor, agora principalmente a Síria e a península da Anatólia, antes que a Babilónia. Desta região ocidental, entende o autor, vieram os elementos criadores da cultura proto-indica. Por outra parte, é ainda na Ásia Menor e no norte da Síria, profundamente penetrada pela civilização mesopotâmica que se deve buscar as origens dos cretenses, precursores, por sua vez, em muitos aspectos, da brilhante civilização grega. Vestígios diversos e claros desta influência oriental na Grécia clássica são apontados. Os hititas — indo-europeus que assimilaram a notável cultura babilónica — foram os principais intermediários nesta transmissão, e sua influência na Grécia se documenta facilmente, por exemplo nas colunas de madeira erguidas sobre bases de pedra em Micenas e Tirinto. Mesmo o venerando poema babilónico de Gilgamés, bem conhecido entre os hititas, serviu, talvez, de modelo à Odisséia, como sugere o ilustre historiador (pág. 134). Deste modo, vão se tornando, pouco a pouco, mais nítidas as linhas gerais que nos permitem a reconstrução histórica da civilização antiga em suas origens remotas na Ásia.

Mais ousada pode parecer a hipótese de que da Ásia Central teriam partido as grandes migrações de povos para o Ocidente, o Sul e o Oriente, vindo daí, em épocas mais ou menos remotas, não só os semitas, hamitas e indo-europeus, mas, talvez, mesmo os negros da África (pág. 75), os mongóis, os polinésios, melanésios, os australianos e até os índios da América (pág. 90). Ressurge assim, apoiada por um grande nome da ciência moderna, a velha crença na origem centroasiática da humanidade.

Ainda um aspecto notável desta obra é o lugar saliente que nela se dá aos povos indo-europeus na civilização da Ásia Anterior, e mesmo de Creta e da Índia. Já de muitos anos para cá o conhecimento mais pormenorizado do Oriente Próximo antigo vai revelando de modo mais claro a presença de elementos indo-europeus na vida cultural desta região no 2.º milénio a.C., a começar da decifração do hitita feita pelo próprio Hrozny há 35 anos atrás. Cedo surgem elles, descendo pelo Cáucaso, como outros bárbaros do Norte. E' como posto avançado contra estas ameaças constantes que se constituiu a Assíria (pág. 317). Pelo Cáucaso vieram os hititas, antes que dos Balcãs, através do Bósforo (pág. 177) como se cre' hoje mui comumente — sem razão, pensamos também nós. A decifração já realizada de algumas outras linguas da Ásia Menor revela-nos a presença de mais alguns povos indo-

européus na região, como os "hititas" hieroglíficos, os lítuas, os palatás. Mas o nosso autor vai mais longe. Para ele são também indo-europeus os pelasgo-cretenses, os autores da civilização de Creta, que considera como "hititas" hieroglíficos — ou um povo estreitamente aparentado a eles —, com forte mistura de elementos subareanos (pág. 312). A língua destes cretenses, que Hrozny crê ter decifrado, seria muito semelhante ao hitita, indiscutivelmente indo-europeu.

Por outra parte, os criadores da remota civilização do Indo, procedentes da Ásia Menor, que deixaram numerosos monumentos escritos — monumentos que também o autor crê ter decifrado — eram, segundo ele entende, indo-europeus. Isto se revelaria pela gramática e pelo vocabulário. O valor destas asserções depende naturalmente da confirmação que o futuro vier a dar à sua tentativa de decifração das inscrições do vale do Indo e de Creta. Esta confirmação é por ora extremamente difícil de se fazer pela falta absoluta de inscrições bilingües. Não se deve esquecer a assombrosa preparação técnica de Hrozny para a empresa a que se aventurou nesta dupla tentativa de decifração, mórmente conhecendo-se o êxito de seu trabalho em referência ao hitita e ao "hitita" hieroglífico. Infelizmente a tarefa a que se abalçou desta vez é bem mais árdua, o que nos obriga a esperar evidências mais claras para julgarmos da decifração das duas línguas referidas.

O interesse da obra aqui discutida nos problemas de lingüística é notável. Não se deve esquecer que o seu autor não só é um dos maiores orientalistas da atualidade, mas também um lingüista de grande competência, como provam as decifrações já antes referidas. As observações lingüísticas são numerosas e interessantes, embora algumas das relações que o autor estabelece nos pareçam arrojadas e incertas. Vejam-se, por exemplo, as suas referências à origem de palavras como *Apollon* (pág. 179), *Èva* e *Javé* (pág. 212), *Sibila* (pág. 216) e várias outras, que servem de ilustrar o gôsto das etimologias, algumas duvidosas.

Concluindo, temos nesta obra uma preciosa contribuição para o conhecimento mais completo da velha Ásia misteriosa, o berço remoto da nossa civilização.

TH. HENRIQUE MAURER JR.

DEFOURNEAUX (Marcelin). — *Les Français en Espagne aux XIe et XIIe siècles*. Paris, Presses Universitaires de France, 1949, 333 pp.

Dar uma vista geral sobre os diversos aspectos da influência francesa nos XI e XII séculos da história ibérica, indagar das suas causas e conseqüências e verificar sua verdadeira importância são os difíceis objetivos do livro acima citado.

Em rápida introdução o autor analisa a situação da Espanha, muçulmana e cristã, no início do século XI. Os dois subseqüentes capítulos referem-se à religião: aí são estudadas a penetração da ordem de Cluny na Espanha, a obra aí realizada, sua decadência, origens e expansão da ordem de Cister (*Le clergé français en Espagne aux XIe et XIIe siècles. Cluny et Cîteaux*), e as origens, exaltação, organização e arte da peregrinação de São Tiago de Compostela (*La France et le pèlerinage de Saint-Jacques*). A parte militar é desenvolvida com os cruzados franceses na Espanha (dificuldades para o seu estudo, a era das "grandes cruzadas", seu declínio e a última cruzada de Espanha). O capítulo quarto é dedicado ao estudo dos aspectos políticos, sociais e econômicos da intervenção francesa e o quinto, finalmente, ao exame dos seus aspectos literários relacionados com a epopéia medieval.

A intervenção francesa na Espanha medieval constitui um dos mais controvertidos problemas da história desse país. Todavia, as controvérsias fre-

qüentes que sôbre essa intervenção se estabelecem não se originam, própria-mente, da falta de documentação necessária para que os seus problemas his-tóricos sejam satisfatoriamente resolvidos. Nascem sim de um estéril e uni-lateral nacionalismo histórico que, em detrimento da verdade, possibilita as mais extremadas e apaixonadas opiniões da maioria dos eruditos espanhóis e franceses. Assim, por exemplo, enquanto Menéndez Pidal acredita que, do ponto de vista militar, foram ineficazes as expedições francesas na Espanha, Boissonnade é de opinião completamente oposta.

O snr. Defourneaux parece que, em parte, não conseguiu fugir também ao nacionalismo histórico. Acreditamos que o autor tenha elevado demais a atuação dos franceses na Espanha, ao mesmo tempo que não deu a devida consideração à história do país onde, desde o XI ao XII século, se deu essa atuação. Tivesse o snr. Defourneaux convenientemente relacionado os di-versos aspectos da intervenção francesa na península Ibérica com a evolução histórica dessa mesma região e sua obra talvez não acusasse alguns peque-nos senões.

Falando sôbre a obra reformadora da ordem de Cluny diz que a mesma se chocou "contra algumas resistências da parte dos monges espanhóis, mas foi sobretudo a propósito da reforma litúrgica que essas resistências tomaram corpo, ao ponto de retardar durante alguns anos a introdução do rito romano em Castela" [p. 27]. E, em nota na mesma página, acrescenta que "será errado interpretar sempre, como o faz Muñoz y Romero, loc. cit., — refere-se à Colección de Fueros y Cartas Pueblas — essas resistências como uma rea-ção nacional. Na França onde a questão de nacionalidade não se colocava, a reforma não penetrou em alguns mosteiros desejosos de conservar sua in-dependência senão após uma verdadeira luta (por exemplo em Santa-Benigna de Dijon, ou em São-Marcial de Limoges)". Acreditamos, no entanto, que Muñoz y Romero não esteja totalmente errado. Aqui não se trata, própria-mente, de saber se era ou não colocada na França a questão de nacionalidade. É a Espanha que nos interessa e nela, nessa época, já ia bem adiantado o sentimento de nacionalidade pois, devido à Reconquista, através de "emprê-sas excêntricas e guerras intestinas, os espanhóis possuíram, mais cêdo e mais fortemente que os outros povos, uma espécie de consciência nacional" [Guinard (P.), *L'Essor des États d'Occident*, t. IV, 2.ª parte da *Histoire de Moyen-Age* publicada sob a direção de G. Glotz, Paris, Presses Universitaires de France, 1937, p. 293]. Além disso, essa consciência repousava "antes de tudo sôbre a fé religiosa, mas também sôbre o sentimento da continuidade da Espanha romana e visigótica, da "pulcherrima sacra semperque felix, principum gen-tiumque mater Spania", cantada por Isidoro de Sevilha. E o desejo de res-taurar "a antiga glória dos godos" passageiramente obscurecida por um cas-tigo do céu, é um tema que já se encontrava nas crônicas do IX século e que, bem antes que "Castela tivesse feito a Espanha", inspirava o titulo imperial dos reis de Leão" [Id., *ibid.*, p. 293]. Ora, a ordem de Cluny era eminentemente francesa, estrangeira, portanto, aos espanhóis. Dessa forma, não seria de causar espanto se os espanhóis, povo que mais cêdo e mais fortemente que os outros povos possuiu uma espécie de consciência nacional, se indignassem — meados do século XI — contra a subordinação dos seus mosteiros às filiais francesas de Cluny e, no último quartel desse mesmo século, se re-voltassem contra "a invasão de religiosos vindos de França para dirigir os mosteiros" [Id., *ibid.*, p. 302] de Espanha. Aliás, o próprio snr. Defour-neaux parece dar apóio a êste ponto de vista. Falando sôbre as dificuldades que existem para estudar-se o problema das cruzadas francesas diz: "Não se saberia retomar de maneira util o estudo desse problema sem se persuadir de antemão que a maior parte das fontes documentais são suspeitas, e com freqüência francamente parciais. As crônicas espanholas freqüentemente são mudas sôbre a participação dos franceses na luta, ou não fornecem senão in-dicações tão sumárias sôbre o papel que êles desempenharam que não se pode tirar nenhuma conclusão digna de fé; no conjunto, pode-se dizer que

os cronistas espanhóis diminuíram a ação dos soldados vindos de além-Pirineus" [p. 126]. Não é uma prova de revolta de um sentimento nacional contra o estrangeiro? Portanto, não é tão errada assim, como quer o sr. Defourneaux, a idéia "nacionalista" de Muñoz y Romero. Mas Muñoz y Romero nos explica somente uma face da questão. Da outra incumbem-se o sr. Defourneaux. Assim, a opinião de um completa a de outro para explicar a revolta do clero espanhol contra a ordem de Cluny. Mas, tomadas isoladamente, ambas pecariam pelo seu unilateralismo.

O autor também parece que não deixa entrever claramente os fatos ligados à decadência da ordem de Cluny. Diz que a ordem já mostrava alguns sintomas de decadência na França (primeiro quartel do século XII) e que "na Espanha a situação era mais séria ainda, em consequência do longo período de anarquia e das guerras internas correspondentes ao reinado de Urraca e à minoridade de seu filho Afonso. Certos mosteiros tinham caído nas mãos dos laicos e Urraca não teve escrúpulos de ganhar partidários em lhes concedendo bens monásticos; os rendimentos dos mosteiros tinham diminuído, e essas perdas haviam deixado de ser compensadas pela generosidade dos fiéis; os soberanos, eles mesmo sem dinheiro, não manifestavam mais sua devoção à Cluny com donativos importantes e o censo estabelecido por Fernando e duplicado por Afonso VI não mais era pago regularmente". [p. 48]. Continuando, o autor afirma que a decadência se acentua pois, "vêm-se reintroduzir, nas abadias espanholas, os vícios e abusos contra os quais tinham lutado os primeiros clunisienses chegados à península" [p. 49]. — e sobre os mesmos não nos é dado fazer mínima idéia, já que o sr. Defourneaux foi extremamente superficial quando, na introdução, falou a respeito da situação do clero espanhol no início do XI século — para terminar dizendo: "Essa decadência explica que, após a metade do XII século, o favor dos príncipes como a generosidade dos fiéis, se voltassem para uma nova congregação monástica, a de Cister, ilustrada por São Bernardo" [49]. Acreditamos haver aqui um pequeno engano. Segundo o autor a diminuição dos favores econômicos, tanto dos reis como dos fiéis em geral, em grande parte contribuiu para a decadência da ordem de Cluny e essa mesma decadência explica que a generosidade dos mesmos se voltasse para uma nova congregação monástica, a de Cister. Queremos crer que o autor tenha confundido causa com efeito. Segundo se depreende das suas próprias palavras, o contrário sim é que se deve ter dado, pois os favores econômicos à nova ordem de Cister é que contribuíram e foram uma das causas da decadência da ordem de Cluny. Senão vejamos. O papel desempenhado pela ordem de Cister "difere sensivelmente daquele que tinha desempenhado Cluny; êle se limita mais ao domínio propriamente religioso, e sobretudo à reforma eclesiástica. Não se vê reproduzir a invasão monástica que tinha seguido a chegada de Bernardo de Sédillac à Espanha, nada mais que o monopólio das funções episcopais por clérigos vindos de além-Pirineus. O número dos monges de origem francesa nas abadias reformadas por Cister não parecia jamais ter sido muito considerável; quando os documentos nos esclarecem sobre esse ponto, eles mostram a presença de três ou quatro franceses, dentre os quais, era escolhido o abade. Isso não impediu de modo algum manter-se a supremacia espiritual de Cister sobre os ibéricos durante séculos; a mais larga autonomia que gozavam os abades cistercienses em relação às matrizes contribuiu para a manutenção de uma sujeição sensivelmente menos pesada que aquela que exercia Cluny sobre as suas priorias. Mesmo quando os mosteiros foram inteiramente hispanizados, após o desaparecimento dos primeiros abades de origem francesa, a autonomia espiritual de Cister continuou a se fazer sentir sobre a maioria das abadias espanholas" [pp. 54/55]. Natural, portanto, que os monarcas espanhóis se voltassem para a ordem de Cister (Cf. pp. 51 e seguintes). Mas, acreditamos, as facilidades concedidas pelos reis e fiéis em geral, de caráter principalmente econômico e em detrimento da ordem de Cluny, não foram na sua grande parte proporcionados devido à decadência dessa

ordem, mas devido sim à própria natureza da ordem de Cister, como é fácil de verificar-se. Dessa forma, não seria exagero se disséssemos que Cister foi uma concorrente da ordem de Cluny e não propriamente uma consequência mas uma das causas, talvez a maior, das que contribuíram para a decadência da referida ordem.

No capítulo referente às cruzadas de Espanha o autor parece mais uma vez não ter atinado com as verdadeiras causas do que ele chama a era das "grandes cruzadas" (1080-1134). "A partir do último quartel do XI século, e durante mais de cinquenta anos, as intervenções francesas na Espanha tomam uma continuidade e uma amplitude que jamais tiveram, e a cavalaria francesa se associa algumas das grandes vitórias da Reconquista. Esse reforço da colaboração franco-espanhola deve-se a duas causas principais: a influência crescente dos cluniacenses na península, e o estreitamento dos laços dinásticos entre os monarcas espanhóis e os chefes dos grandes principados feudais franceses" [p. 139]. Queremos crer que o sr. Defouneaux tenha tomado uma causa accidental por uma causa de caráter verdadeiramente essencial. Acreditamos que a causa principal do reforço da colaboração franco-espanhola, ou seja, da era das grandes cruzadas, tenha sido a invasão dos almorávidas que por essa época se processou na península. Não há necessidade de mais nos estendermos a fim de provar essa nossa opinião. E' que, se estabelecermos uma relação entre causa e efeito, o próprio sr. Defouneaux virá em nosso auxílio quando afirma, referindo-se ao declínio das cruzadas de Espanha: "Desde o instante onde o muçulmano deixou de ser o perigo eminente que ele era meio século antes, não se vê mais, na chegada de um exército cruzado, senão os inconvenientes que ele traz consigo: devastação ao longo do caminho, pilhagens, escoamento das riquezas da península. Todos esses inconvenientes, aceitos anteriormente como inevitável resgate da ajuda estrangeira, surgem doravante como insuportáveis e injustificados. Vê-se aí claramente a razão do declínio das intervenções francesas na Espanha; será preciso, no início do XIII século, a terrível ameaça dos almóadas para que os soberanos se resolvam a fazer apêlo, uma vez ainda, à ajuda estrangeira, para a campanha de Las Navas" [p. 174]. Cessada a causa, cessa o efeito. Indubitavelmente, a influência da ordem de Cluny bem como o parentesco dos monarcas espanhóis com os chefes dos grandes principados feudais franceses devem ter atuado na era das grandes cruzadas. Acreditamos, todavia, que essa atuação teve não propriamente o condão de determinar mas apenas auxiliar e facilitar a vinda dos cruzados.

Estas as pequenas observações que tínhamos a fazer ao livro do sr. Defouneaux. No entanto, elas não destroem os seus reais méritos. Muito bem escrito, ótamente documentado, embora um tanto superficial, devido talvez à amplitude do assunto abordado, *Les Français en Espagne aux XIe et XIIe siècles* vem facilitar bastante, graças ao seu caráter sistemático, o estudo de importante e controvertidíssimo período da história medieval espanhola.

ALDO JANOTTI.

FOUQUET (C.). — O Cêrco de Igaracú, 1549; determinação de uma data histórica e um subsídio para formação de lendas. — Folheto n.º 6 da Sociedade Hans Staden. Tipog. Gutenberg & Cia. — S. Paulo, 1943. 32 pgs. 1 mapa e 1 gravura. (0,16/0,23).

O "Cêrco de Igaracú, 1549", da autoria do Sr. C. Fouquet e publicado pela Sociedade Hans Staden de S. Paulo, é um interessante estudo de um dos fatos ocorridos no início da colonização do Brasil, na época em que os portugueses palmilhavam o litoral brasileiro e em que a exploração do pau-brasil acentuava progressivamente a rivalidade entre portugueses e franceses.

Igaracú, um dos mais antigos núcleos de povoamento português no litoral

nordestino, foi o primeiro domicílio do donatário Duarte Coelho (foi fundada antes de 1549).

Pequena cidade nas proximidades de Recife, foi um local em que se travaram lutas entre o elemento nativo e o recém-chegado português, lutas essas, das muitas que se desenrolaram na época das Capitânicas.

Foram narradas, em primeiro lugar, por um de seus protagonistas, o famoso Hans Staden, na sua "Verdadeira História e Descrição de uma Terra de antropófagos selvagens, nus e ferozes, que se encontra no Novo Mundo da América", publicada em Marburg, no ano de 1557; e 70 anos depois, por Frei Vicente do Salvador, autor da primeira "História do Brasil", terminada em 1627.

O fato recentemente focalizado em um trabalho pelo Snr. C. Fouquet, teve a oportunidade de ser descrito e legado à posteridade, pelo artilheiro de Hessen, Hans Staden. Se não fosse isto, teria ficado desconhecido, como outras inúmeras lutas travadas entre os selvícolas e os colonizadores, nessa época em que os portugueses "arranhavam o litoral brasileiro, como carangueijos", segundo a expressão de Frei Vicente do Salvador.

Entretanto, esse mesmo episódio teve duas versões diferentes.

Hans Staden cita o fato do cerco de Igaracú como ocorrido em 1548, data que, embora repetida por Southey, Varnhagen, Handelmann, Rocha Pombo, Taunay, etc., baseados em Staden, é susceptível de dúvidas, segundo afirma, com ampla documentação, o Snr. Fouquet, partidário do início de março, até o início de abril, do ano de 1549, ano do único cerco verificado em Igaracú.

Embora Frei Vicente não mencione datas, pelos dados do artilheiro alemão, verifica-se que o clérigo também se refere ao cerco de 1549, o qual ocorreu no período administrativo de Duarte Coelho.

Apesar desse pequeno lapso de data, Staden demonstra "sobriedade, objetividade, bom senso e boa memória" (C. Fouquet, "O Cerco de Igaracú, 1549", pg. 23) e preocupação para não faltar à verdade, tratando de acontecimentos e observações pessoais. Merece, portanto, absoluto crédito pelo seu valor histórico.

Em relação a Frei Vicente, o autor da primeira "História do Brasil" escrita por um brasileiro, basta dizer que não foi protagonista do acontecimento, como o fora o seu primeiro narrador. Ao escrever sobre o cerco de Igaracú, já haviam passado 70 anos e por isto, baseou-se em duas fontes: em documentos escritos e na tradição oral, misturando assuntos históricos, lendários e anedóticos, etc., tudo isto aliado à sua particular veia poética.

Em muitos pontos divergem, Staden e Frei Vicente, principalmente quanto à duração da luta. O primeiro dá a entender um período de "quase um mês", o segundo fala em "dois anos", visando exagerar o heroísmo dos habitantes de Igaracú, o que põe em dúvida o crédito do estudioso e não se concilia com as condições da luta apresentada.

E' possível que Frei Vicente não tenha lançado mão da obra de Staden para a sua narração, ou então tenha dado maior valor à tradição oral.

Além de tudo, o clérigo abusa da lenda, transformando fatos sobrenaturais em História, como por exemplo, o episódio de Vasco Fernandes de Lucena, indivíduo que traçou no chão um risco, afirmando aos índios que, se ultrapassassem aquele sinal, morreriam imediatamente, fato que, segundo Frei Vicente, "realmente sucedeu", por intercessão da "divina providência".

O confronto entre as duas narrações é feito de maneira feliz, pelo Snr. C. Fouquet, no seu trabalho "O Cerco de Igaracú", o qual atribui a verdade histórica a Hans Staden, embora este tenha cometido um pequeno lapso de data, fato que não tem grande importância, pois em nada prejudicou a narrativa.

E' o "Cerco de Igaracú, 1549" um bom modelo de pesquisa científica e um trabalho bem documentado, demonstrando que a História não se resume somente na citação de fatos, procurando o autor a interpretação dos mesmos.

Porém, a meu ver, esse acontecimento verificado na capitania nordestina de Duarte Coelho, em 1549, não é um acontecimento de importância na História do Brasil; não projetou conseqüências e todo fato histórico que não gera conseqüências de vulto, não deve atrair a atenção do historiador, pois a História é o estudo de fatos que se relacionam intimamente, evoluindo com o decorrer do tempo; desde que um fato se torne isolado, não modificando o panorama político, social e econômico de uma determinada sociedade, deve ser posto de lado.

O cerco de Igaracú é um mero episódio dos muitos que se desenrolaram nestas plagas americanas, com as lutas entre o aborígene e o conquistador europeu, lutas que não tiveram a sorte de possuir a pena de um Hans Staden, como o cerco de Igaracú que ficou para a posteridade, simplesmente como um quadro pintado por um estrangeiro, reprodução de centenas de outros iguais que anônimamente cenificaram o que foi a entrada do português e sua fixação em território brasileiro, no século XVI.

MYRIAM ELLIS AUSTREGÊSILO

BAKER (J. N. L.). — *Histoire des Découvertes Géographiques et des Explorations* — Tradução francesa de Maurice Planiol. 455 págs. com mapas. Liv. Payot. Paris, 1949.

Com a presente versão francesa, feita por um antigo professor da Universidade de Teerã, passa a contar a bibliografia referente às explorações geográficas com mais uma obra de síntese, cuja edição original em inglês foi publicada em 1931.

Seu autor, o prof. J. N. L. Baker, tem a seu cargo o curso de Geografia Histórica na Universidade de Oxford.

A obra está dividida em duas grandes partes. Na primeira, o autor estuda o período anterior ao século XIX, sob as seguintes rubricas: o Mundo Mediterrâneo, a Idade-Média, os Arabes, o caminho marítimo para o Extremo-Oriente, Cristovão Colombo e seus sucessores, os Espanhóis no Novo-Mundo, Magalhães e o Pacífico até 1600, outros caminhos para a Ásia, a "Terra Australis" e o Pacífico (1600-1800), a Ásia, a África (1500-1788) e a América (1550-1800). Na segunda parte, examina os séculos XIX e XX, nas diferentes áreas geográficas (Ásia, África, América, Austrália e Índias Orientais, o Oceano e as expedições polares), apresentando uma conclusão. Em apêndice, o autor refere-se aos exploradores chineses, à descoberta pré-colombiana da América, à viagem de De Fonte e ao chamado estreito de Anian.

Trata-se de um livro bem documentado no ponto de vista bibliográfico, pois o autor apresenta, de início, uma bibliografia geral, pequena mas expressiva, e faz acompanhar cada capítulo de bibliografias particularizadas, estas últimas, em sua maior parte, de língua inglesa.

O que primeiro chama a atenção de quem lê a obra examinada é a sua pobreza em gravuras: nela figuram apenas 8 mapas. Naturalmente teve o autor sérias razões para assim proceder; isto não impede, porém, que lamentemos a inexistência de um número muito maior de mapas esclarecedores, antigos e modernos, e de gravuras referentes aos grandes exploradores e aspectos focalizados em obras contemporâneas.

Em relação ao plano geral, nota-se, antes de tudo, que o autor preocupou-se em dar maior ênfase aos séculos XIX e XX, pois metade do livro lhes foi reservada; eis, inequivocamente, um traço original da obra, pois, via de regra, reserva-se à idade contemporânea um lugar proporcional ao conjunto dos fatos examinados desde os tempos antigos. Observado no detalhe, o plano nem sempre nos parece lógico, mormente na primeira parte do livro, em que o autor titubeia entre vários critérios.

Encarada a obra em seu conjunto, poder-se-á perguntar: teria sido feliz o ilustre professor de Oxford em dividir a História das Explorações Geográficas em, apenas, duas grandes partes — antes e depois do século XIX?... Sinceramente, parece-nos que não, uma vez que não vemos razões sérias para, na falta de outro critério talvez mais racional, pôr-se de lado a tradicional divisão da História, nos seus quatro períodos. Acaso, as explorações realizadas pelos povos antigos não diferem essencialmente das que foram levadas a efeito na época medieval? Por outro lado, as descobertas realizadas nos Tempos Modernos não se individualizam, de maneira completa, das que tiveram lugar no período anterior como nos derradeiros 150 anos?... Compreendemos a intenção do autor ao dar maior desenvolvimento à época contemporânea, pois contribuiu, assim, para o preenchimento de uma lacuna, sensível em outras obras do mesmo gênero; mas tal ponto de vista, sem dúvida elogiável, não poderia implicar no abandono do plano que os próprios estudos gerais da História impunham para o extenso período anterior ao século XIX.

Resta-nos fazer um último reparo a essa importante obra do ilustre professor de Oxford: a pobreza da parte referente ao nosso país, no período correspondente aos séculos XIX e XX. Em primeiro lugar, somos forçados a extranhar que, enquanto o Canadá, os Estados Unidos, o Alasca, para não citar muitos outros exemplos (Madagascar, a Austrália, etc.), mereceram uma parte especial, dentro dos respectivos capítulos; o Brasil aparece sob a rubrica "América do Sul". Referindo-se aos viajantes e exploradores, que percorreram nossos sertões, na época contemporânea, não deixou o autor de mencionar alguns dos mais notáveis; Eschwege, Wied-Neuwied, Saint-Hilaire, Spix e Martius, De Castelnau, Wallace, Bates, Chandless, Crevaux, Coudreau, Derby, Von Den Steinen, Rice e outros lá estão citados, com maior ou menor detalhe. Mas nenhum nome brasileiro aparece nessas páginas dedicadas ao nosso país; Alexandre Rodrigues Ferreira, Barboza Rodrigues, Costa Azevedo, Tapajóz, Teles Pires, Rondon e seus valentes seguidores são completamente olvidados. Isto sem que levemos muito em conta que o sábio Luiz Cruls ali está como sendo R. Crulo...

São simples observações, que nos sentimos na obrigação de fazer, mas que em nada diminuem a obra examinada. Constitui ela uma admirável síntese, que haverá de prestar magníficos serviços tanto para os que cultivam a História como a Geografia. Diferindo em seu plano e na sua própria estrutura, alinha-se, porém, negavelmente, ao lado da grande obra de Olsen, "La Conquête de la Terre", editada pela própria Livraria Payot.

AROLD DE AZEVEDO

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, t. XV, 2.^a série, n.ºs 1/2, 1949, pp. 265.

Este número da Revista contém os seguintes artigos:

José Gentil P. da Silva, *Os Contratos da Trazida de Drogas no século XVI (Subsídios e Documentos)* (pp. 5-28). O A. estuda os contratos relativos à importação da noz e do gengibre, grande parte do qual provinha do Brasil. Examina a qualidade dos carregamentos, a sua disposição nas naus, a flutuação dos preços das drogas na praça de Lisboa no século XVI e as condições, obrigações e direitos referentes aos negócios das drogas. Em apêndice, o A. junta documentos muito interessantes relativos ao assunto.

Cruz Malpique, *Reflexões sobre a infância* (pp. 29-52). Artigo sobre a importância dos problemas da infância no nosso tempo. O A. assinala o fato de haver sido Portugal um dos primeiros países a dar assistência à infância.

Em 1321, a rainha Santa Isabel, "tendo grãde pena de que as Mães engeitassem os filhos que concebêrão por occultarem o delito com que se profanarão, e que acrescentando delito a delito, os lançavam em parte aonde, se os não achavão, morrião" (p. 31), fundou, em Santarém, o hospício Santa Maria dos Inocentes.

José Gonçalo Chorão de Carvalho, **Sôbre o Texto da Lírica Camoniana** (pp. 53-91). O A. continua neste número o seu interessante estudo sôbre a Lírica Camoniana, iniciado no t. XIV, 2.^a série, n.º 3.

Maria Margarida Brandão, **Aspecto Social das Heresias Medievais** (pp. 92-117). A A. escreveu êste trabalho para licenciatura em filosofia e história na Univ. de Lisboa. A Revista, neste número, traz apenas a 1.^a parte dêste interessante estudo. Propõe-se a A. a indicar "o aparecimento e a evolução dos movimentos heréticos medievais que apresentam preocupações de ordem social", na "medida em que respondem às novas condições sociais do tempo", etc. O que condicionou as heresias, diz a A. foi: a) a tradição evangélica; b) os escritos dos Padres da Igreja; c) o monaquismo. Será tão facilmente esquematizável, o complexo condicionalismo das heresias? O trabalho da Snra. M. M. Brandão é digno de interesse. Aliás, êsse assunto das heresias é dos que, prendem todos aquêles que não têm muita inclinação para as ortodoxias... Lembramos, de passagem, um outro trabalho muito interessante e que é o de Julio Gimenez Rueda, **Herejias y Supersticiones en la Nueva España — Les heterodoxos en Mexico**, (Imprenta Universitaria, México, 1946, XIV — 307 pp). O problema posto pela pobreza, o fato, importante na nossa opinião, da leitura dos textos sagrados em vulgar e a afirmação de uma religião íntima e pessoal, por parte dos heréticos, poderão levar a A. a investigações mais profundas e revelar-lhe tôda a riqueza de tão belo assunto.

Luiz Schwalbach, **Dois Rios de Importância Mundial — O Reno e o Danúbio**. (pp. 118-142). Trata-se de um estudo de geografia política e econômica. Destacamos êste trecho do trabalho do Prof. Schwalbach: "Quantas vêzes são se inculpa a geografia de responsável pelas guerras entre as nações, quando apenas se usou de argumentos inquinados duma pseudo disciplina geográfica, à mercê dos intuitos agressivos de personagens, que arrastam as populações para os mais arriscados precipícios, julgando que ficam livres de soçobramem nas possíveis derrocadas!..."

Gustavo Cordeiro Ramos, **Congresso de Geografia** (pp. 143-149), Discurso em francês em saudação aos participantes do Congresso de Geografia, reunido em Lisboa em 1949. O nosso prezado colega, Prof. Aroldo de Azevedo já deu em "Boletim Paulista de Geografia" n.º 2, julho de 1949, pp. 58/61, uma notícia pormenorizada acêrca dêste Congresso.

Dr. Queirós Veloso — **Uma Lição do Prof. Queirós Veloso** (pp. 150-167). Homenagem feita ao Prof. Veloso. Consta de um discurso do Prof. Matos Romão, diretor da Fac. de Letras em que se rememora o passado da mesma Faculdade e os nomes dos lentes que ensinaram no antigo Curso Superior de Letras, tais como Consiglieri Pedroso, Silva Cordeiro, Teófilo Braga, Epifânio Dias, Adolfo Coelho, Silva Teles, Manuel Ramcs, José Maria Rodrigues, Leite de Vasconcelos, Sebastião Dalgado, David Lopes. A lição do Prof. Veloso versa sôbre e **Expansão Portuguesa** e ocupa as pp. 160-167.

A. Moreira de Sá, **Contribuição dos Portugueses para o Desenvolvimento Científico do Brasil** (pp. 168-183). O Prof. Moreira de Sá, autor de um notável estudo sôbre Francisco Sanchez, reproduz na Revista, uma conferência proferida na Universidade de New York, em abril de 1949. Lembra o A. a grande contribuição que os portugueses trouxeram para o desenvolvimento do nosso país, principalmente através dos jesuítas e da administração de D. João VI, quando surgiram as primeiras instituições culturais, devidas à clarividência de ministros como Linhares, o Conde da Barca e essa simpaticíssima figura que é Silvestre Pinheiro Ferreira. Ao quadro que o Prof. Moreira de Sá traça da colonização cultural é preciso acrescentar que, nem tudo,

porém, foram luzes. Infelizmente, durante muito tempo, houve, durante o período colonial, proibição de importação de prelos...

A. de Oliveira Cábral, *Notícia de um poema setecentista alemão relativo a Portugal e do primeiro curso regular de alemão em terra portuguesa*. (pp. 184-225).

Victor Buescu, *Sarmizegetuza dans la toponymie daco-romaine* (pp. 226-235). Este artigo é uma contribuição apresentada ao Congresso Internacional de Toponímia e antropologia, reunido em Bruxelas em julho de 1949.

Robert Ricard — *La Connaissance de la littérature portugaise en Amérique Espagnole* (pp. 236-238). Interessante estudo sobre a tradução espanhola do Verdadeiro Método de Estudar, de Verney e onde se pode meditar sobre a importância da Congregação do Oratório na América.

Robert Ricard, *Saragoça de Sicília* (pp. 239-240).

Da Bibliografia destacamos a resenha que o Prof. H. Cidade faz do livro do historiador inglês, professor da Cadeira Camões na Universidade de Londres, C. R. Boxer — *Fidalgos in the Far East* (Haja, Martinus Nijhoff, 1948) O Prof. Boxer especializou-se no estudo da história dos portugueses na Ásia e para esse terreno tem levado importantíssimas contribuições.

CRUZ COSTA

ALBUQUERQUE (Luiz). — *As Ciências exactas na Reforma Pombalina do Ensino Superior*, Separata dos n.ºs 52, 53 e 54 de *Vértice*, revista de cultura e de arte, Coimbra, s/d. 22 pp.

A reforma de Pombal foi julgada, diz o A., de um modo demasiadamente simples. Ela não é obra de um homem, mas de uma geração. "O que ela proclama não é um sentimento de inimizade, mas uma vitória do racionalismo oitocentista sobre uma escolástica envelhecida e inútil" (p. 22). Não foi, portanto, um "ato que culminou uma longa luta entre duas ordens religiosas (a dos Oratorianos e a Companhia de Jesús). Antes de assim concluir, o A. examina o paradoxo que a cultura portuguesa apresenta no século XVI. Tudo fazia crer que, dos estudos científicos que estavam na raiz dos descobrimentos marítimos, surgisse uma larga e poderosa ciência experimental e crítica que colocaria Portugal na vanguarda da ciência europeia. No entanto, "os benefícios do comércio do ouro e dos escravos, a tarefa da navegação, foi (...) caindo na rotina e prejudicando, por isso, os conhecimentos de astronomia e de ciência náutica. Aquela ligação que os sábios portugueses mantiveram com os problemas práticos no alvorecer da Renascença não os levaria (e talvez esteja aí o perigo dos pragmatismos...) a uma visão mais larga e mais ampla do sentido da Ciência. Outra razão a explicar este declínio da cultura científica em Portugal, encontra-a o A. na "tendência manifestada desde a fundação da Escola (de Sagres) para fechar os conhecimentos de geografia, cartografia e astronomia nela alcançados, por trabalho próprio ou como reflexo da Renascença europeia, a uma elite por assim dizer circular, sem ligações com o meio". É já nos meados do século XVI, com a geração de Pedro Nunes, Garcia da Orta e António Luiz, desaparecia aquêle notável surto científico nascido graças à energia do Infante. O A. neste opúsculo, examina e critica, além desta importante questão, outros aspectos interessantes do ensino da filosofia, da ciência e das humanidades clássicas em Portugal, sempre com muita acuidade e justeza.

CRUZ COSTA

AZEVEDO (Aroldo de). — *Geografia Humana do Brasil*. (Terceiro Ano do Curso Colegial). Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1950. 268 pp. 98 gravuras.

Na elaboração da cultura de base de um povo moderno qualquer, os livros didáticos para o ensino secundário têm uma parcela de responsabilidade extremamente grande. E' através de uma série de bons compêndios que a mocidade dos países de cultura ocidental se prepara para os estudos universitários e para um domínio mais completo dos conhecimentos elementares. A necessidade de recuperação para o adolescente de um mínimo de "stock" geral de conhecimentos acumulados, é absolutamente imprescindível na vida dos povos ocidentais. O mestre-escola orienta e vivifica o ensino e o processo educativo, mas é sem dúvida o pequenino livro adotado pelo professor que possui um poder maior de penetração já que acompanha o adolescente na escola, nos bondes e ônibus, como até mesmo nas dependências íntimas do lar. Bastaria êsses fatos para justificar o cuidado que professores e especialistas devem ter, em relação ao preparo e, mesmo, à fiscalização de livros tão dedicados e importantes.

Entre nós, país de tradição universitária apenas incipiente, embora nos falte ainda livros de texto de nível superior equiparáveis aos "text books" americanos ou aos clássicos tratados franceses, alemães e italianos, começam a aparecer exemplos de bons livros didáticos de ensino médio. Mormente nos últimos vinte anos, em parte coincidindo com a renovação universitária brasileira, tem aparecido compêndios de real valor, quer pela seleção dos fatos neles compilados, quer pelo critério metodológico e pela precisão de linguagem didática utilizadas e, mesmo, pela apresentação material dos livros. Nesse setor aliás, caberia um muito justo elogio à ação da Companhia Editora Nacional que, através de uma colaboração ativa com um grupo de bons autores, conseguiu revolucionar o padrão dos livros didáticos em nossa terra.

Nas presentes notas críticas, examinaremos exatamente um dos últimos livros didáticos lançados pela Editora Nacional firmado pelo Prof. Aroldo de Azevedo, catedrático de Geografia do Brasil da Universidade de São Paulo e autor de livros didáticos dos mais conceituados do Brasil. Trata-se de um pequeno livro que além de representar o fêcho de uma série de excelentes compêndios, escritos com ponderação e espírito didático, constitui um novo trabalho de síntese sobre a muito pobre Geografia do Brasil, o que por diversas razões é um fato alviçareiro.

O novo livro didático do Prof. Aroldo considerado em seu conjunto, pode ser qualificado de um trabalho modelar, quer pela interpretação original dada ao programa, como pela absoluta adequação do nível de linguagem e do tipo de ensino a que se destina. Fato que seria reforçado de muito, se considerássemos com o realismo necessário, o atual panorama de nosso ensino secundário e o tipo médio do aluno brasileiro que freqüenta as últimas séries de nosso curso colegial. Além disso, trata-se de uma síntese madura e equilibrada de problemas brasileiros de grande interesse e importância geral. Êsses elogios iniciais nós o fazemos com absoluta convicção e sinceridade, mesmo porque, a seu tempo, não deixaremos de endereçar respeitosa e alguns reparos ao autor, no tocante a um ou dois pontos do trabalho que nos pareceram merecer maior agitação de idéias e comentários críticos. O próprio tom do livro ao iniciar o estudo da situação geográfica do Brasil, a princípio pareceu-nos francamente criticável. Achamos modesto demais o diapasão das observações iniciais. Queríamos talvez vêr, ao envés de um subtítulo como "um dos países mais extensos do Mundo", um tópico mais pretensioso como "Brasil: um país inter-tropical atlântico" ou coisa parecida. Didaticamente, porém, sabemos que o autor é quem está com a razão.

Um mérito de plano básico no novo livro didático do Prof. Aroldo é o fato do autor ter sabido chamar a atenção — coisa rara entre nós — para

o problema fundamental de toda a nossa Geografia: as condições de **tropicalidade** do país. E o fez com ponderação, sem meufanismos pueris nem negativismos estéreis, demonstrando a profunda marca da tropicalidade climática na paisagem botânica, nos detalhes do relevo, e o que é essencial, na estrutura econômica da nação. Pode-se dizer mesmo, nesse sentido, que se trata de um dos primeiros livros didáticos brasileiros honestos na ventilação de algumas de nossas realidades geográficas de base.

A estrutura do novo compêndio foge completamente à confusa seriação de unidades do programa oficial. E' sabido que nossos programadores oficiais muito embora tenham acertado, de modo geral, quanto à identificação dos assuntos geográficos brasileiros essenciais para um programa de 3.º ano Colegial, erraram profundamente nos pormenores da distribuição das **unidades de ensino** e mesmo na capitulação dos assuntos fundamentais a serem desenvolvidos. A unidade I que versava sobre A POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL, incluía de sopetão um conceito de geografia moderna, completamente fora de lugar e um o fator posição astronômica aplicado ao Brasil, terminologicamente impreciso e repetitivo. Andou bem o autor em colocar o conceito e o histórico da evolução da Geografia numa introdução inicial, completamente separado do corpo geral de assuntos de Geografia brasileira tratados no livro. A adoção dessa medida facilitou o estudo das outras unidades dentro de um novo arranjo metodológico tri-partite, muito satisfatório.

Numa primeira unidade de ensino o autor estudou as **BASES FÍSICAS** do país, aproveitando a oportunidade para a compreensão das relações entre o homem e a terra nesse imenso bloco de planaltos e planícies intertropicais que é o Brasil. Adotando o critério de rever as bases físicas do país, afim de estudar depois a história da ocupação dos solos brasileiros o autor auxiliou os alunos, revendo matéria já antiga correspondente ao 3.º ano ginasial, preparando melhor o terreno para cumprir a determinação do programa oficial que pedia para a unidade II **AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS DA EVOLUÇÃO BRASILEIRA**.

A segunda parte do livro do Prof. Aroldo foi dedicada ao estudo d'**OS FATORES HUMANOS**. E' aí que o autor analisa propriamente o povoamento e a marcha da ocupação dos solos brasileiros, bem apoiado no estudo anterior das bases físicas. Saliente-se que o autor, desta forma, ultrapassou em muito as exigências oficiais, tornando sensivelmente mais geográfico e sintético o estudo dos diversos tópicos das unidades II e III do programa oficial e conseguindo escapar à orientação marcadamente histórica seguida pelos programadores.

A terceira e última seção de estudos do livro foi intitulada de **OS FATORES ECONÔMICOS**. O autor condensou nessa parte final de seu trabalho as três últimas unidades do programa oficial que versavam respectivamente sobre **OS PROBLEMAS DA ECONOMIA NACIONAL, O BRASIL NO CONTINENTE AMERICANO e O BRASIL NO MUNDO**.

Todos os professores de Geografia criteriosos que analisavam as duas últimas unidades do programa oficial em questão, eram levados a restringir as duas pomposas unidades a apenas dois tópicos finais do estudo de nossos problemas econômicos básicos. Não titubeou o Prof. Aroldo em realizar a necessária amputação sem perda de espécie alguma para a realização do programa e completação do conjunto geral de ensino pedido. Por um esquecimento lamentável o programa oficial omitia a análise da vida agrícola de nosso país, na série de tópicos estabelecidos para o estudo de nossos principais problemas econômicos... O autor soube sanar esse lapso, não se esquecendo também de dedicar umas poucas considerações — embora de caráter muito geral — a respeito do importante problema dos solos brasileiros.

As "leituras" de fim de capítulo, distribuídas por todo o livro, foram em geral muito bem selecionadas, denotando bastante critério e sentido de oportunidade. Bastaria lembrarmos o belo trecho traduzido do eminente Al-

bert Demangeon a respeito d'“O método na Geografia Humana”, incluso na introdução do compêndio; assim como os trechos significativos de trabalhos de Pierre Gourou, Afrânio Peixoto, Pierre Deffontaine, Américo Barbosa de Oliveira e do próprio autor, cada qual a pedir um comentário especial e esclarecimentos do professor que bem souber utilizar o livro.

O conjunto de ilustrações (fotografias, gráficos e mapas) escolhidas pelo autor e inclusas no livro, não desmerecem em nada os trabalhos anteriores de Aroldo de Azevedo, que aliás, desde seus primeiros livros didáticos esforçou-se por renovar a péssima tradição vigorante entre nós nesse setor. O Prof. Aroldo, por outro lado, incluiu no seu livrinho, fotografias tiradas por êle próprio nas excursões que realizou a diversas regiões do Brasil.

Muitas outras interpretações e estruturas de trabalho poderiam ser utilizadas para a elaboração de um compêndio como o de Aroldo de Azevedo; poucas porém, a nosso vêr, poderiam pretender ser muito mais clara e mais, por assim dizer, **funcional**.

No tocante aos reparos que poderíamos fazer a obra do Prof. Aroldo, dois se nos afiguram indispensáveis. Trata-se das duas classificações feitas pelo autor e incluídas no compêndio: uma, dizendo respeito às regiões climático-botânicas do país, e, outra, atinente à divisão das grandes unidades do relevo brasileiro. As classificações geográficas constituem sempre esforços perigosos para qualquer autor, principalmente quando forem escassos os trabalhos analíticos e as boas monografias regionais. Muito mais perigosas ainda, elas o são, quando se destinam a livros didáticos, onde há sempre a necessidade de simplificação e conseqüentemente mutilações.

A classificação de relevo do Prof. Aroldo fazemos apenas um pequeno reparo: ela está a pedir uma série de atualizações para se pôr em dia com trabalhos fundamentais publicados posteriormente à sua feitura. Não nos sentimos à vontade para indicar os pontos que nos pareceram falhos, principalmente porque para alguns dêles temos pontos de vista muito pessoal, ligados a alguns estudos de caráter geomorfológicos por nós realizados. De qualquer forma porém, achamos que o autor poderia re-arranjar alguns pormenores de sua classificação, principalmente para dar possibilidades à sua utilização em nível universitário.

Reparos um tanto mais sérios teríamos a fazer no tocante à divisão feita pelo Prof. Aroldo de Azevedo com relação às regiões climático-botânicas brasileiras. Seríamos muito insinceros se não criticássemos a aludida divisão, mesmo porque achamos que o Prof. Aroldo seguiu caminho muito lógico ao realizá-la, cometendo apenas um deslize que a comprometeu muito. O método adotado foi o de superpôr os mapas climáticos aos botânicos para apurar depois os quadros climático-botânicos propriamente ditos. Quer nos parecer porém que o autor antes de fazer a superposição comparativa simplificou demais os dois componentes básicos, obtendo como resultado uma divisão climático-botânica tri-partite muito dispare da realidade observável. Queremos crer mesmo, que o Prof. Aroldo de Azevedo para estabelecer as regiões climático-botânicas brasileiras deveria ter partido de dois mapas mais completos de divisão climática e botânica, sem quaisquer simplificações parciais, inicialmente, afim de obter depois um resultado mais real embora menos simples. Feito isso, poder-se-ia voltar à uma simplificação razoável, desta vez a posteriori, para a publicação no livro didático. Seguindo-se tal caminho provavelmente ter-se-ia chegado a um número maior de unidades climático-botânicas, não se correndo o risco de reduzi-las a apenas três, o que evidentemente é uma simplificação extremada. Creio (e sei que o Prof. Aroldo concordará comigo) que, em matéria de classificações científicas o que se pretende não é uma simplificação dos fatos mas sim uma sistematização da realidade. Critério que envolve uma delicadíssima diferença de caminhos a seguir. Se tocamos nesse aspecto da questão, é apenas por que sabemos do grande cuidado que o Prof. Aroldo de Azevedo dedica ao seu trabalho científico.

Ao lêr êsses pequenos e desprezenciosos reparos críticos, temos a certeza que o nosso muito presado Diretor do Departamento de Geografia da Universidade, a princípio nos achará injusto. Depois, talvez, porém, saberá nos dar uma certa dose de razão, principalmente por não duvidar de que se trata de uma crítica amiga e construtiva do mais humilde de seus companheiros do Departamento de Geografia, aos quais, êle aliás, num gesto muito gentil dedicou seu livro.

Lembramos por último que a elaboração de trabalhos didáticos semelhantes ao do Prof. Aroldo é extremamente importante para a renovação do ensino no Brasil, ao mesmo tempo que é uma forma de contribuição, das mais imediatas e efetivas, que os jovens estudiosos de nossa Faculdade de Filosofia poderiam fazer para o aprimoramento do nível cultural de nosso ensino secundário. E' de se esperar apenas que, muito em breve, se passe à feitura de livros de texto de nível universitário, -tão criteriosos e completos quanto possível, velha lacuna do mundo científico sul-americana. No Brasil, falta-nos, por exemplo, uma obra geográfica que possa servir como material introdutório à História do Brasil, à semelhança do extraordinário TABLEAU DE LA GÉOGRAPHIE DE LA FRANCE, de Vidal de La Blache. E êsse é um grande e velho débito que os geógrafos brasileiros têm para com seus excelentes colegas historiadores.

AZIZ NACIF AB'SABER